



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.004/2022 (AMPLA PARTICIPAÇÃO- COTA RESERVADA
PARA ME E EPP)**

Processo Administrativo nº 314/2022

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Girau do Ponciano, estado de Alagoas, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 2/2022, sediado na rua José Alexandre, nº. 155, centro, Girau do Ponciano, estado de Alagoas, CEP 57.360-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço **POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **08 de Abril de 2022;**

Horário: **11h** (Onze horas);

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o fornecimento de peixes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O objeto licitado poderá sofrer acréscimos ou supressões, nas mesmas condições contratuais, dentro dos limites previstos no §1º do art.65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Girau do Ponciano para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão/ Entidade: Secretaria Municipal de Assistência Social

Classificação funcional programática: 14.0100.08.122.0001.2007- manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Elemento de Despesa: 3.33.90.32.- material de distribuição gratuita;

Fonte de recurso: 010- recursos próprios.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Para os itens 2 e 4 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



- 4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

- 4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.6. As declarações prestadas (assinaladas) serão impressas pelo pregoeiro e colacionadas aos autos do processo administrativo que veicula o certame.



5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.



6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**



- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens **não** exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.26.1. no país;
- 7.26.2. por empresas brasileiras;
- 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n.º 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens **não** exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação

9.3.1. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cpl.girau@gmail.com.



9.4. **Durante a sessão**, somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1. **Após a sessão**, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de até 2 (dois) dias.

9.4.1.1. Os documentos deverão ser destinados ao pregoeiro no endereço da sede da Comissão Permanente de Licitação- CPL, localizada na rua José Alexandre, nº 155, centro, Girau do Ponciano, estado de Alagoas, CEP 57.360-000.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



9.8.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.8.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.8.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.11. Qualificação Técnica:



9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.12. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

9.12.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

9.12.2. apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

9.12.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ela será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. Após a sessão, a proposta de preços em original deverá ser enviada juntamente com os documentos de habilitação, no prazo e para o endereço constante do subitem 9.4.1.

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma



motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não manter a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.girau@gmail.com, ou por petição dirigida e protocolada na sede Prefeitura Municipal de Girau do Ponciano, situada na rua José Alexandre, nº. 155, centro, Girau do Ponciano, estado de Alagoas, CEP 57.360-000.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.4.1. Para os documentos enviados que não possuam prazo de validade expresso, serão eles considerados válidos se emitidos no prazo de até 90 (noventa) dias antes da data de abertura do certame.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br/ e www.giraudoponciano.al.gov.br e também poderá ser lido ou obtido na Prefeitura Municipal de Girau do Ponciano, situada na rua José Alexandre, nº. 155, centro, Girau do Ponciano, estado de Alagoas, CEP 57.360-000, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 14 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.



23.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.11.1. ANEXO I - Termo de Referência e especificações;

23.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

23.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

Girau do Ponciano/AL, 25 de Março de 2022.

Alexandre de Oliveira Silva

Pregoeiro



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.004/2022

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a fornecimento de peixes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	CONCORRÊNCIA
1.	PEIXE TIPO TILÁPIA: produto <i>in natura (Fresco)</i> ; devendo ter, cada peça, entre 800g a 2 kg; apresentar-se com aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; cor, cheiro e sabor próprios da espécie; sem manchas esverdeadas; livres de parasitas, sujidades e qualquer substâncias contaminantes que possam alterá-lo ou encobrir qualquer alteração, de acordo com a Legislação Sanitária em vigor e Ministério da Agricultura.	Kg	7.500	R\$ 22,00	Ampla
2	PEIXE TIPO TILÁPIA: produto <i>in natura (Fresco)</i> ; devendo ter, cada peça, entre 800g a 2 kg; apresentar-se com aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; cor, cheiro e sabor próprios da espécie; sem manchas esverdeadas; livres de parasitas, sujidades e qualquer substâncias contaminantes que possam alterá-lo ou encobrir qualquer alteração, de acordo com a Legislação Sanitária em vigor e Ministério da Agricultura.	Kg	2.500	R\$ 22,00	Cota Reservada para ME e EPP
3.	PEIXE TIPO TAMBAQUI: produto <i>in natura (Fresco)</i> ; devendo ter, cada peça, entre 1,5 Kg a 3 kg; apresentar-se com aspecto próprio, não amolecido e nem	Kg	22.000	R\$ 20,00	Ampla



	pegajoso; cor, cheiro e sabor próprios da espécie; sem manchas esverdeadas; livres de parasitas, sujidades e qualquer substâncias contaminantes que possam alterá-lo ou encobrir qualquer alteração, de acordo com a Legislação Sanitária em vigor e Ministério da Agricultura. Fresco.				
4.	PEIXE TIPO TAMBAQUI: produto <i>in natura (Fresco)</i> ; devendo ter, cada peça, entre 1,5 Kg a 3 kg; apresentar-se com aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; cor, cheiro e sabor próprios da espécie; sem manchas esverdeadas; livres de parasitas, sujidades e qualquer substâncias contaminantes que possam alterá-lo ou encobrir qualquer alteração, de acordo com a Legislação Sanitária em vigor e Ministério da Agricultura. Fresco.	Kg	4.000	R\$ 20,00	Cota reservada para ME e EPP

1.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas - ME ou empresas de pequeno porte - EPP, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias, tempo necessário à execução do objeto e à realização do respectivo pagamento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto Federal nº 10.024/2019.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 03 (três) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento, em remessas parceladas, no Ginásio Djalma Nunes Santos, situado na rua 15 de Novembro, s/n, bairro Progresso, CEP 57.360-000, Girau do Ponciano, estado de Alagoas.

5.1.1. O parcelamento dos itens deverá seguir o cronograma de execução que consta do anexo I do Estudo Técnico Preliminar.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente até que o Poder Público realize a conferência, através do(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, devendo, excepcionalmente, ser substituídos em até 24 horas, após a notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os itens serão recebidos definitivamente mediante termo circunstanciado da Administração municipal, logo após a conferência da quantidade e da qualidade do material, oportunidade em que ocorrerá a consequente aceitação.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à/ao fabricante, modelo, procedência e validade, sempre que possível;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos itens que integram o objeto desta licitação, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o(s) itens impróprio(s) para o consumo;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento começará a correr após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do **contrato** e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:

14 – Secretaria Municipal de Assistência Social.

0100 – Secretaria Municipal de Assistência Social.

14.0100.08.122.0001.2007 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social.

NATUREZA DA DESPESA:

3.3.3.9.0.32. 00.00.00.0000 – Material de distribuição gratuita.

FONTE DO RECURSO:

0010.00.000 – Recursos Próprios.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



13.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (trinta) dias;

13.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais), conforme consta da pesquisa de mercado realizada pelo setor e compras e patrimônio do município, conforme valores unitários do quadro constante do item 1.



TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Introdução

O Estudo Técnico Preliminar - ETP é a primeira etapa do planejamento de uma contratação pela Administração Pública e tem por objetivo avaliar a sua viabilidade, ou não, bem como identificar as melhores soluções para o atendimento da demanda.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, situada à Rua Senador Rui Palmeira, 159, bairro Progresso, CEP 57.360-000, Girau do Ponciano, estado de Alagoas, órgão responsável pela gestão das políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS local, em sua atuação institucional, desenvolve, dentre outras, ações voltadas ao combate da *vulnerabilidade social*.

1.2. De acordo com levantamento realizado pelo órgão, cerca 9.000 famílias girauenses se encontram na situação acima apontada (vulnerabilidade social), agravada notadamente pelo prolongamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, o que tem ensejado ações, prestação de serviços e implementação de programas no âmbito do SUAS, na busca pela garantia das condições essenciais de subsistência à parcela da população que enfrenta sobretudo a *insegurança alimentar*.

1.3. Neste sentido, a CF/88, por meio de seu art. 6º, parágrafo único, reconheceu a situação de vulnerabilidade como justificativa para adoção de medidas assistenciais, visando garantir o direito fundamental social à alimentação, que somado aos princípios da eficiência, da supremacia do interesse público e, especialmente, da justiça social, que decorre da dignidade da pessoa humana, ensejam adoção, por parte do Poder Público, de medidas de enfrentamento à realidade local.

1.4. Outrossim, cabe destacar que a proximidade do período denominado *Semana Santa*, no qual é tradição a inserção de peixes como matéria prima na produção do cardápio da região, somada à situação demonstrada, motivou o Poder Público a buscar subsídios para promover a entrega dos itens especificados neste estudo.

1.5. Assim sendo, com o propósito de fomentar políticas públicas socioassistenciais voltadas ao combate ao risco social apresentado e considerando a tradição local do consumo de peixes - cultura característica das zonas urbana e rural - proporcionando aos necessitados condições de proverem o mínimo existencial, satisfazendo ao interesse público, a SMDS solicitou a instauração do presente processo licitatório visando selecionar as condições mais vantajosas para que a Administração proceda com a contratação de empresa especializada no fornecimento de peixes, uma vez que tal ação é elementar à consolidação do direito fundamental à existência, que passa pela nutrição dos munícipes selecionados a partir da fixação de critérios objetivos quando da seleção que consta do *Programa de distribuição de peixes*, combatendo desta forma as desigualdades regionais.



2. ÁREA REQUISITANTE

2.1. O pleito em análise foi requerido pela Diretoria de Benefícios Eventuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS com a finalidade de fomentar a demanda levantada no âmbito desta municipalidade.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. As especificações dos itens, unidades de medida e quantitativos que a Administração pretende contratar encontram-se descritos em quadro próprio, anexo I deste ETP;

3.2. O município de Girau do Ponciano possui 41.549 habitantes¹ distribuídos entre a zona urbana, os distritos, os povoados, os sítios e demais logradouros espalhados pela zona rural, ao longo dos seus 514 km², cabendo salientar que os itens licitados serão disponibilizados aos beneficiários cadastrados junto à SMDS, devendo a contratada arcar com todos os encargos da logística decorrente da contratação, conforme previsão do *Encarte B do Anexo I* do presente ETP;

3.3. Os itens relacionados nesse ETP serão disponibilizados às famílias que constam de cadastro da SMDS, tomando por base o CadÚnico, seguindo o que estabelece o *Encarte B do Anexo I* deste ETP, seguindo o seguinte critério de escolha:

3.3.1. A escolha dos gêneros alimentícios – peixes, tipo *in natura* (fresco) se deu em razão de que, mesmo que o congelamento por longos períodos não afete o teor nutricional, a possibilidade de falhas no acondicionamento e no congelamento podem trazer transtornos a saúde dos destinatários, uma vez que os produtos só podem ser congelados uma vez, se congelar e descongelar, não haverá garantia quanto à segurança para o consumo, o que se soma a tradição que decorre da cultura local, cuja culinária estabelece a produção de pratos à base dos peixes, tipo fresco, que se encontram relacionados no presente estudo;

3.4. A interação prévia entre contratante e contratada deverá ocorrer sempre que indispensável ao aprimoramento do planejamento, às adequações aos possíveis ajustes decorrentes de fatos supervenientes que ensejarem definições diversas das previamente fixadas, possibilitando adequações das soluções para a eficaz execução dos programas e ações, atentando para as definições constantes do Termo de Referência e demais diretrizes e normativas, conforme imperativo do princípio da supremacia do interesse público;

3.5. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionado ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares junto às Fazendas Públicas Municipal e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, atentando-se para a juridicidade do feito;

3.6. Além dos deveres de praxe inerentes ao processo de licitação, a licitante deverá:

3.6.1. declarar que disporá dos itens necessários à execução integral e adequada do objeto licitado, conforme a memória de cálculo que consta do *Encarte B do Anexo I* deste ETP e das regras que regem o feito;

¹ Informações extraídas do censo demográfico de 2021 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/girau-do-ponciano/panorama>.



3.6.2. comprovar capacidade técnica e operacional por meio de apresentação de documentação que confirme dispor de condições de realizar o transporte adequado dos itens que constam deste ETP, de maneira que preserve as condições próprias para o consumo, uma vez que se tratam de gêneros perecíveis e necessitam de adequada refrigeração para manterem sua condição *in natura*;

3.6.3. arcar com os custos de deslocamentos, dos equipamentos e dos funcionários até o local de entrega dos itens licitados, conforme disposição deste e dos demais instrumentos de planejamento que integram o processo de licitação em curso.

3.7. A entrega dos itens que constituem o objeto do presente certame deverá ser executada de acordo com a solicitação da Administração Pública municipal, mediante ordem de fornecimento, encaminhada fisicamente ou via correio eletrônico (e-mail), acompanhada da respectiva nota de empenho.

3.8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO INTERESSADO

3.8.1. A licitante interessada em contratar com a Administração de Girau do Ponciano deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter realizado objeto contratual compatível ao ora licitado (peixe), de forma satisfatória e adequada.

3.9. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

3.9.1. O fornecimento dos itens especificados por meio do presente ETP deverá ser realizado no prazo de até 03 (três) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, devidamente acompanhada da respectiva nota de empenho.

3.9.2. A entrega dos itens contratados por meio do presente ETP deverá ser realizada no Ginásio Djalma Nunes Santos, situado na rua 15 de Novembro, s/n, bairro Progresso, CEP 57.360-000, Girau do Ponciano, estado de Alagoas, conforme detalhes constantes do Anexo I;

3.10. DO RECEBIMENTO DOS ITENS

3.10.1. Durante o recebimento dos itens que constam do objeto do presente processo licitatório deverão ser observados os seguintes pontos:

3.10.1.1. Se os itens possuem procedência idônea;

3.10.1.2. Se na embalagem constam nome, composição do produto, lote, número do registro no Órgão Oficial, temperatura recomendada, condições de armazenamento, CNPJ, endereço e outros dados do fabricante e do distribuidor, quando for o caso;

3.10.1.3. Se os itens se encontram de acordo com os critérios definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

3.10.1.4. Se, de acordo com os critérios técnicos, foram mantidos as características específicas de cada item, conforme edital, bem como o controle de temperatura no recebimento;



3.10.1.5. Se foram mantidas as devidas condições de higiene do(s) veículo(s) utilizado(s) pelo(s) fornecedor(es);

3.10.1.6. Se a integridade e higiene das embalagens foram mantidas;

3.10.1.7. Se os uniformes dos entregadores preencheram os padrões de higiene pessoal;

3.10.1.8. Se a quantidade (peso), a data de validade dos itens e os respectivos registros nos órgãos competentes de fiscalização são compatíveis com as exigências estabelecidas no certame;

3.10.1.9. Se possuem carimbo de fiscalização do SIF, MS ou órgão competente, e se o transporte se deu em carros fechados e refrigerados;

3.10.1.10. Se os itens foram embalados em sacos plásticos ou a vácuo, em condições corretas e adequadas de temperatura, respeitando-se as características organolépticas próprias;

3.10.1.11. Se foi mantida a temperatura recomendada para o recebimento de peixes.

3.10.2. Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida solicitação por escrito;

3.10.3. O recebimento dos itens no Ginásio Djalma Nunes Santos dar-se-á de forma definitiva a partir da(o) certificação/atesto na respectiva nota fiscal pelo fiscal contratual;

3.10.4. Ocorrendo fato que impossibilite o recebimento ou rejeitados os itens por não atenderem às especificações pactuadas, o Poder Público, diante da conveniência e/ou oportunidade e visando efetivar o interesse da coletividade, deverá comunicar imediatamente a contratada, para que ela, proceda com a imediata substituição dos itens que vierem a ser recusados, sem ônus para a contratante.

3.11. DA CONTRATAÇÃO

3.11.1. O prazo de vigência do contrato firmado com base no presente ETP será o necessário ao recebimento dos itens e seu respectivo pagamento ou até o término do exercício financeiro correspondente, conforme o caso;

3.11.2. Conforme previsão do art. 48, III da Lei Complementar 123/2006 c/c o art. 8º do Decreto 8.538/2015, não havendo prejuízo aos itens especificados no presente estudo, quando da realização de licitação pública para a aquisição de bens divisíveis, a Administração municipal reservará cota de no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP;

3.11.3. Fica vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. A SMDS eventualmente solicita junto à Prefeitura Municipal a disponibilização de peixes frescos (especificação em anexo) para a distribuição no período que antecede à Páscoa, denominado *Semana Santa*, com o intuito de fomentar o *Programa de distribuição de peixes*,



que é voltado ao combate da vulnerabilidade social, em especial da insegurança alimentar que assola diversas famílias girauenses. Diante dessa necessidade, foram verificadas as possíveis soluções que se seguem:

4.1.1. SOLUÇÃO 01: Disponibilização de peixes frescos *in natura*, mediante Ata de Registro de Preços mantida pelo ente federativo, para fazerem frente às quantidades a serem empregadas durante o período de necessidade das famílias que constam do CadÚnico, com ênfase ao período da *Semana Santa*, por se tratar de tradição que integra a cultura local, indispensáveis à realização de refeições dos munícipes que se encontram em situação de risco alimentar (selecionados pela SMDS). O que não pode ocorrer, haja vista a Administração Municipal não dispor de preços registrados dos itens estabelecidos pelo órgão no *Encarte B* do presente estudo;

4.1.2. SOLUÇÃO 02: Adesão do Município a Atas de Registro de Preços (carona), ou outra forma de cooperação para o fornecimento de peixes nas características e quantidades especificadas;

4.1.3. SOLUÇÃO 03: Contratação de empresa especializada no fornecimento de peixes mediante licitação;

4.2. **SOLUÇÃO APONTADA COMO VIÁVEL:** De acordo com pesquisas realizadas, a SOLUÇÃO 03 apresenta-se, na ótica desta Equipe de Planejamento, responsável pela elaboração do presente ETP, como a mais viável para a efetivação do *Programa de distribuição de peixes*, por melhor se adequar às atividades, de acordo com o tipo e volume de itens necessários. A solução 01 tem resultado prejudicado pela não disponibilidade de ARP vigente que contemple os itens (peixes frescos). A solução 02, no momento, encontra-se prejudicada pela inviabilidade de adesão a ARP de entidades ou outra forma de cooperação, sob a hipótese de dilatação excessiva do tempo até a regular disponibilização dos itens a serem contratados, impossibilitando a concretização do Programa Municipal de combate à insegurança alimentar, a ser efetivado no período da *Semana Santa*, conforme o calendário de distribuição, que disciplina os trabalhos necessários, limitando-se ao tempo.

4.3. Outrossim, a presente contratação (gêneros alimentícios – peixes *in natura*, frescos) deve seguir os moldes, em regra, utilizados por outros entes: modalidade de licitação pregão, pelo fato de o objeto se tratar de aquisição de bens considerados comuns. Ademais, não há requisitos que possam ensejar a restrição de mercado, uma vez que várias empresas fornecem os itens dentro dos requisitos estabelecidos, encontrando-se resguardada a ampla competitividade no certame.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Com o propósito de identificar novas metodologias e inovações indispensáveis ao aprimoramento da atuação estatal, visando o melhor atendimento das necessidades da Administração, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, sendo que, as identificadas foram incorporadas à contratação em análise, não tendo sido identificadas situações específicas que pudessem acarretar a realização de consulta ou audiência pública para coleta de contribuições, pois os itens a serem fornecidos constam do rol considerado comum. Desta forma, apenas uma pesquisa de preço realizada no mercado local, foi juntada, como se pode verificar da observação do Encarte B do Anexo I deste ETP, para servir de parâmetro;



5.2. Cabendo acrescentar que a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peixes destinados à concretização de políticas públicas socioassistenciais: distribuição de peixes, ação indispensável ao combate à insegurança alimentar, propõe-se a disponibilização das devidas condições para o pleno andamento da nutrição dos munícipes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que constam de levantamento realizado pela SMDS, por meio do *Programa de distribuição de peixes*, não carecendo de elaboração de solução dotada de complexidade, sendo conveniente apenas consignar os requisitos que constam dos termos deste ETP, do Termo de Referência, do Edital, do(s) Contrato(s) Administrativo(s) e demais regras aplicáveis ao objeto da contratação.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. A estimativa das quantidades a serem licitadas é proveniente de levantamento realizado junto ao Cadastro Único - CadÚnico do município de Girau do Ponciano, tomando por base o número de famílias inscritas no sistema e a estimativa média de indivíduos por família, conforme *Encarte B* que consta do Anexo I deste ETP;

6.2. As quantidades dos produtos a serem possivelmente adquiridas serão confirmadas quando da revisão do competente termo de referência, a ser aprovado pelo titular do órgão da Administração municipal denominado requisitante.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Conforme a pesquisa realizada, que consta do Encarte B do Anexo I deste ETP, a estimativa do valor da contratação é de R\$ 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais). Restando primordial a realização da competente pesquisa de mercado pelo setor de compras da Secretaria Municipal de Gestão Pública, após a confecção do respectivo termo de referência, seguindo determinação da autoridade competente.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Para facilitar a logística de entrega, evitar atrasos em pedidos e perecimento dos itens relacionados nesse instrumento de planejamento, bem como manter-lhes as condições adequadas de conservação, uma vez que se tratam de itens *in natura*, a entrega deverá ser realizada em duas etapas de acordo com a distribuição constante do Encarte B do Anexo I deste ETP. Dessa forma, torna-se mais vantajoso para a Administração, devendo a(s) empresa(s) vencedora(s) se adequar(em) aos parâmetros preestabelecidos;

8.2. Com o propósito de ampliar o número de potenciais fornecedores e em atendimento à legislação vigente e jurisprudência pátria, a licitação realizada a partir do presente ETP deverá adotar o critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/ OU INTERDEPENDENTES



9.1. Durante as reuniões da equipe de planejamento e estudos realizados, não se constatou a necessidade de contratações correlatas e/ ou interdependentes.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A contratação ora requerida não se encontra no plano anual de contratações do município de Girau do Ponciano em razão da sua não edição até o momento.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Espera-se que a licitação realizada com fundamento neste ETP propicie:

11.1.1. ampla competitividade (inclusive com a participação de empresas do mercado local), notadamente em razão do tipo adotado, e, com isso, redução dos valores de aquisição dos produtos com a preservação da qualidade;

11.1.2. os recursos adequados ao desempenho das atribuições da Administração municipal, especificamente em razão do objeto;

11.1.3. o fornecimento de uma dieta saudável e equilibrada, oferecendo às famílias contempladas pelo *Programa de entrega de peixes* subsídios para superarem a vulnerabilidade social (insegurança alimentar) ora enfrentada, garantindo-lhes força e vigor para suportar a rotina diária;

11.1.4. a melhoria no desempenho escolar das crianças e adolescentes, e, conseqüentemente, potencializando seus rendimentos e a proficiência escolar;

11.1.5. a manutenção da saúde e a formação de bons hábitos alimentares;

11.1.6. a conscientização sobre o desperdício de alimentos, diante de uma época crítica, imprescindível à economia e à preservação do planeta.

12. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Tendo em vista que o município dispõe das condições de logística necessárias para a realização da distribuição do objeto licitado, este item não se aplica.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Ante a contratação pretendida, apesar de o município ter aderido ao Consórcio Intermunicipal do Agreste Alagoano – CONAGRESTE, destinado à gestão de resíduos sólidos mediante a utilização de aterro sanitário apropriado, através da coleta realizada pela Administração no âmbito municipal, ainda existe a possibilidade da materialização de impactos ambientais decorrente da aquisição dos itens relacionados no presente ETP, dadas suas características.

13.2. Com a formalização da aquisição, advém a necessidade de se ater a três momentos de potencial lesividade ao equilíbrio do meio ambiente, observe-se: I) Aquisição; II) Utilização



dos recursos disponibilizados de forma inadequada: desperdícios; e III) Descarte dos resíduos de forma geral: poluição em suas mais diversas facetas.

13.3. Dessa forma, caso não haja o manuseio e o descarte apropriados, resíduos sólidos provenientes principalmente de embalagens (plásticos) poderão ser lançados inadequadamente na natureza, provocando enormes danos ao meio ambiente, impulsionando a contaminação do solo e da água, potencializando, além dos danos ambientais, transtornos à saúde humana.

13.4. Neste sentido, estudos apontam que *o plástico é o maior desafio ambiental do século XXI, pois se estima que todos os anos 13 milhões de toneladas de lixo plástico são depositados na natureza. Outro problema mostra que 40% de todo o plástico produzido nos últimos 150 anos foi utilizado uma única vez antes de ser descartado.*²

13.5. Complementando, o estudo acrescentou que *Quando se fala em reciclagem, apenas 9% de todo o plástico produzido é reciclado.*³

13.6. Destarte, na tentativa de mitigar tais efeitos, ante o cenário apresentado, o legislador pátrio instituiu, mediante a publicação da Lei 12.305, de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), atribuindo ao fabricante a obrigação de dar o destino, processo também chamado de “logística reversa”. Recaindo sobre os proprietários de equipamentos entregá-los para que possam ser corretamente descartados e reciclados, regra que deve ser observada pelo município de Girau do Ponciano no momento da realização do presente certame, uma vez que o que legitima a atuação do Poder Público é a efetivação do bem comum, escorado nos princípios do planejamento, da precaução, da dignidade da pessoa humana e da supremacia do interesse público sobre o particular.

13.7. Observe-se que, com o propósito de normatizar o sistema de logística reversa no Brasil, fora elaborado o Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020, que passou a estabelecer percentual de equipamentos a serem coletados e de municípios com serviços de logística reversa, visando chegar a 400 até o ano de 2025. Cada cidade dessas deverá instalar um ponto de coleta a cada 25 mil habitantes, regramento que já engloba a atuação dessa municipalidade, já que sua população ultrapassa os 40 mil habitantes, devendo viabilizar a destinação adequada dos resíduos e a conclusão de seus respectivos ciclos de vida, mediante a consolidação de um sistema local.

13.8. Retomando a situação caótica acima descrita proveniente da má gestão do plástico, grande vilão, especialmente por ser o principal artifício utilizado para o acondicionamento de alimentos, separação e transporte, cabe pontuar que no decorrer da execução do contrato, seja exigido da(s) contratada(s) uma logística a evitar o descarte incorreto das embalagens, após a utilização, que os resíduos possam ser destinado adequadamente ao aterro, logo após cumprir seu papel, uma vez que, por ter sido contaminado com resíduos orgânicos provenientes do gênero transportado (peixes *in natura*).

13.9. Por tanto, a Administração municipal deve exercer um papel estratégico no sentido de acompanhar à execução contratual, atentando para as ações da(s) contratada(s), o que deve

² LAR PLÁSTICO. **PLÁSTICO E MEIO AMBIENTE: ENTENDA O IMPACTO DO PLÁSTICO NO MEIO AMBIENTE.** Disponível em 09 de março de 2022 no sítio eletrônico: <https://blog.larplasticos.com.br/impacto-do-plastico-no-meio-ambiente/>.

³ LAR PLÁSTICO. **PLÁSTICO E MEIO AMBIENTE: ENTENDA O IMPACTO DO PLÁSTICO NO MEIO AMBIENTE.** Disponível em 09 de março de 2022 no sítio eletrônico: <https://blog.larplasticos.com.br/impacto-do-plastico-no-meio-ambiente/>.



passar, sempre que possível, pelo ciclo dos 5R da sustentabilidade: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar, exigindo a destinação correta dos resíduos gerados, culminando com o fechamento adequado de seus respectivos ciclos.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Sugere-se que a fiscalização e o acompanhamento da contratação firmada com base no presente ETP seja realizada pelo senhor Ivanildo Gomes dos Santos, Secretário Adjunto SMDS, atuando como seu substituto eventual o servidor Cristiano Ferreira, Auxiliar Administrativo da SMDS.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. A contratação ora pretendida atualmente se mostra viável na modalidade sugerida, uma vez que diversos entes federativos, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável e combater as desigualdades regionais, mediante a adoção de medidas de combate à vulnerabilidade social, principalmente em se tratando de insegurança alimentar de diversas famílias brasileiras, vêm buscando, por meio da disponibilização dos itens descritos no Anexo I, garantindo assim a subsistência dos munícipes que necessitam dessas ações por parte dos órgão que gerenciam o Sistema Único de Assistência Social. Dispensando a adoção do sistema de registro de preços uma vez que especificações dos itens e quantidades se encontram definidas.

15.2. Ante o exposto, analisados os aspectos técnicos, socioeconômicos e ambientais, esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020 da SEGES/ME.

16. ANEXOS

16.1. Rol de documentos anexos:

16.1.1. Encarte A - Especificações, unidades de medida e quantitativos;

16.1.2. Encarte B - Memória de Cálculo;

16.1.3. Encarte C - Mapa de riscos.



ANEXO I

ENCARTE A

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	PEIXE TIPO TILÁPIA: produto <i>in natura</i> (Fresco); devendo ter, cada peça, entre 800g a 2 kg; apresentar-se com aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; cor, cheiro e sabor próprios da espécie; sem manchas esverdeadas; livres de parasitas, sujidades e qualquer substâncias contaminantes que possam alterá-lo ou encobrir qualquer alteração, de acordo com a Legislação Sanitária em vigor e Ministério da Agricultura. Fresco.	Kg	10.000
02	PEIXE TIPO TAMBAQUI: produto <i>in natura</i> (Fresco); devendo ter, cada peça, entre 1,5 Kg a 3 kg; apresentar-se com aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; cor, cheiro e sabor próprios da espécie; sem manchas esverdeadas; livres de parasitas, sujidades e qualquer substâncias contaminantes que possam alterá-lo ou encobrir qualquer alteração, de acordo com a Legislação Sanitária em vigor e Ministério da Agricultura.	Kg	26.000



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

MEMÓRIA DE CÁLCULO - ENCARTE B

De acordo com dados coletados junto ao CadÚnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, no município de Girau do Ponciano, cerca de 9.000 famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social, e para combater essa situação, principalmente a insegurança alimentar, o Poder Público lançou, por meio do referido órgão, Programa voltado à distribuição de peixe, após cadastramento e memória de cálculo.

Ademais, atendendo aos princípios da eficiência e da supremacia do interesse público, considerando a proporcionalidade do número de indivíduos por família, fora fixada a distribuição de 04 (quatro) Kg de peixes, em média, por família contemplada pelo Programa, chegando-se ao número total de 36.000 Kg de peixe.

Diante da discricionariedade facultada à Administração municipal, fundamentada na conveniência e/ou na oportunidade, levando em consideração o padrão de consumo local, duas espécies de peixes foram estabelecidas para constarem dos itens que integram objeto da licitação em curso, a saber: tambaqui e tilápia.

Visando ampliar a participação dos licitantes e a otimização do tempo de execução do programa acima citado, que se adequa ao período da Semana Santa, que no ano em curso acontecerá entre os dias 13 a 15 do mês de abril, as 9.000 famílias cadastradas terão à disposição os peixes distribuídos em 02 (dois) itens, que possuem descrições distintas, conforme pode ser observado da análise do quadro a seguir:

CRONOGRAMA - PROGRAMA DE ENTREGA DE PEIXE - 13 DE ABRIL DE 2022					
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	LOCAL	HORÁRIO
1	Peixe Tilápia	Kg	10.000	Ginásio Djalma Nunes Santos	6:30 horas
2	Peixe Tambaqui	Kg	10.000	Ginásio Djalma Nunes Santos	6:30 horas
	Peixe Tambaqui	Kg	16.000	Ginásio Djalma Nunes Santos	12:00 horas

Observando o quadro acima, pode-se verificar que, para uma melhor gestão e logística de distribuição, o item 02 foi desmembrado em 2 parcelas com as mesmas especificações, com quantidades distintas, tendo em vista que a entrega se dará ao longo do dia 13 de abril.

Todavia, diante de situação superveniente que enseje a recusa do recebimento parcial ou total dos itens licitados conforme os critérios preestabelecidos neste ETP, excepcionalmente, será facultado a contratada prazo máximo de 24 horas para que proceda a substituição, o que acarretará o reajuste no *cronograma* de entrega acima estabelecido.

Assim sendo, ao final do estudo, chegou-se ao quantitativo de 36.000 kg de peixes que subsidiarão o Programa de distribuição gerido pela SMDS, visando atender as 9.000 famílias apontadas pelo levantamento realizado no CadÚnico.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

MAPA DE RISCOS - ENCARTE C

Principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação:

FASE DE ANÁLISE PLANEJAMENTO

*Suprimido em razão do avanço da fase.

FASE DE ANÁLISE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 1: Insucesso da licitação por fracasso decorrente de preços		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto	
Identificador	Dano	
1	Licitação ser fracassada devido a não aceitação por parte do licitante em negociar eventual valor de proposta acima do estimado pela Administração.	
Identificador	Ação preventiva	Responsável
1	Realização adequada de pesquisa de mercado, passando a refletir a realidade (preços/condições).	Setor de Compras e Patrimônio - Secretaria Municipal de Gestão Pública.
Identificador	Ação de contingência	Responsável
1	Verificar a existência de saldo de contrato/ARP anterior para utilização ou, na sua falta, requerer a aquisição emergencialmente quanto ao quantitativo estritamente necessário ao prazo de conclusão de nova licitação;	Diretoria de Benefícios Eventuais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
2	Realizar nova pesquisa de mercado ou proceder com a reanálise da constante dos autos.	Setor de Compras e Patrimônio - Secretaria Municipal de Gestão Pública.

RISCO 2: Insucesso da licitação por exigência técnica indevida		
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto	
Identificador	Dano	
1	Licitação fracassada por falta de requisitos de capacidade técnica do licitante.	
Identificador	Ação preventiva	Responsável
1	Elaborar estudo técnico preliminar - ETP e Termo de Referência - TR que prevejam apenas os requisitos técnicos estritamente necessários para o cumprimento das obrigações contratuais, sem	Equipe de planejamento.



	nenhuma exigência ilegal, impertinente ou excessiva.	
2	Analisar de forma mais detida o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.	Equipe responsável pela elaboração do edital da licitação e Assessoria Jurídica.
Identificador	Ação de contingência	Responsável
1	Verificar a existência de saldo de contrato/ARP anterior para utilização ou, na sua falta, requerer a aquisição emergencialmente quanto ao quantitativo estritamente necessário ao prazo de conclusão de nova licitação;	Diretoria de Benefícios Eventuais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
2	Excluir a exigência indevida do edital e dar ciência à equipe de planejamento.	Equipe responsável pela elaboração do edital da licitação e Assessoria Jurídica.

RISCO 3: Insucesso da licitação por exigência indevida de requisitos de habilitação distintos dos técnicos

Probabilidade (x) Baixa () Média () Alta

Impacto () Baixo () Médio (x) Alto

Identificador **Dano**

1 Licitação fracassada por não cumprimento dos requisitos de habilitação jurídica, econômico-financeira e regularidade fiscal por parte do licitante detentor da melhor proposta.

Identificador **Ação preventiva** **Responsável**

1 Elaborar Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência que prevejam apenas os requisitos de habilitação jurídica, econômico-financeira e regularidade fiscal estritamente necessários para o cumprimento das obrigações contratuais, sem nenhuma exigência ilegal, impertinente ou excessiva;

Equipe de planejamento.

2 Analisar de forma mais detida o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

Equipe responsável pela elaboração do edital da licitação e Assessoria Jurídica.

Identificador **Ação de contingência** **Responsável**

1 Verificar a existência de saldo de contrato/ARP anterior para utilização ou, na sua falta, requerer a aquisição emergencialmente quanto ao quantitativo estritamente necessário ao prazo de conclusão de nova licitação;

Diretoria de Benefícios Eventuais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



2	Excluir a exigência indevida do edital e dar ciência à equipe de planejamento.	Equipe responsável pela elaboração do edital da licitação e Assessoria Jurídica.
---	--	--

FASE DE ANÁLISE GESTÃO DO CONTRATO

RISCO 1: Atraso na execução contratual		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixo (x) Médio () Alto	
Identificador	Dano	
1	Substituição de marca de produto contratado	
Identificador	Ação preventiva	Responsável
1	Avaliar a existência de pluralidade de marcas que atendam às necessidades da Administração.	Equipe de planejamento.
Identificador	Ação de contingência	Responsável
1	Verificar se a marca oferecida em substituição atende às especificações e possui valor compatível com o licitado;	Diretoria de Benefícios Eventuais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
2	Manter estoque mínimo que suporte o atraso do novo fornecimento.	Diretoria de Benefícios Eventuais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

RISCO 2: Inexecução contratual		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto	
Identificador	Dano	
1	Ocorrência de fato imprevisível ou, se previsível, de consequências incalculáveis, a exemplo da pandemia da COVID19 que gere desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	
Identificador	Ação preventiva	Responsável
1	Verificação do mercado em momento próximo a licitação.	Equipe de planejamento.
Identificador	Ação de contingência	Responsável
1	Verificação periódica do mercado para verificar a continuidade da vantajosidade da ARP/Contrato;	Setor de Compras e Patrimônio da Secretaria Municipal de Gestão Pública.
2	Verificação da veracidade das solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;	Diretoria de Benefícios Eventuais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
3	Na constatação da veracidade dos fatos descritos nas solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e eventual indeferimento do pleito e cancelamento do item, verificar a existência de estoque e/ou	Diretoria de Benefícios Eventuais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



	necessidade de contratação emergencial.	
--	---	--

RISCO 3: Recusa do recebimento total ou parcial dos itens que não atendam as especificações		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto	
Identificador	Dano	
1	Ocorrência de fato que inviabilize o recebimento dos itens licitados por não atenderem as especificações quantitativas e qualificativas.	
Identificador	Ação preventiva	Responsável
1	Verificação das quantidades e dos critérios de contratação.	Equipe de Planejamento.
2	Verificação das quantidades e da qualidade dos itens quando do recebimento.	Fiscal do Contrato.
Identificador	Ação de contingência	Responsável
1	Informação à autoridade competente para adoção dos devidos atos;	Fiscal do Contrato.
2	Notificação da contratada para que proceda com a substituição dos itens disponibilizados sem a observância da qualidade;	Fiscal do Contrato.
3	Atualização do cronograma de execução nos termos do Termo de Referência.	Diretoria de Benefícios Eventuais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.004/2022- ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 10.004/2022

Ao Município de Girau do Ponciano/AL

A/C: Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx- Pregoeiro

Prezado Senhor,

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. Xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxx, nº. xx, bairro, Cidade/Estado, CEP xx.xxx-xxx, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, vem apresentar proposta comercial, nas seguintes condições:

Nº do Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	V. Unitário	V. Total
1	xxxxx	xxxxx	xxxx	xxxxx	R\$ x,xx	R\$ Xxxxx,xx
xx	xxxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	R\$ x,xx	R\$ Xxxxx,xx

Valor total da presente proposta de preços: R\$ xxxxxx,xx (xxxxx).

DECLARAÇÕES:

- A licitante DECLARA, expressamente, que está de acordo com todas as normas e condições deste Edital de Pregão e seus Anexos;
- A licitante DECLARA que o prazo de validade desta Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação na licitação;
- A licitante DECLARA que estão incluídas nesta Proposta de Preços as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação;
- A licitante DECLARA que acatará o pagamento conforme o item 20 do edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante: BANCO xxxxxxxx, AGÊNCIA xxxxxxxx e Nº DA CONTA xxxxxxxx.

Indicamos como representante para assinatura do contrato o sócio administrador/ procurador, Senhor xxxxxxxx, naturalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº. xxxxxxxx xxx/XX e inscrito no CPF/MF sob o nº. Xxx.xxx.xxx-xx.

Local e data

Representante Legal



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.004/2022 ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE Nº XXX/20xx,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
GIRAU DO PONCIANO, E A EMPRESA
XXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 12.207.536/0001-61, com sede na rua José Alexandre, nº. 155, Centro, Girau do Ponciano, estado de Alagoas, CEP 57.360-000, neste ato representada por seu prefeito, senhor David Ramos de Barros, portador do RG nº. xxxxxxxx e inscrito no CPF nº xxx.xxx.xxx-xx; **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 14.885.055/0001-30, com sede na rua Professor Lauro Mendonça, nº. 157, centro, Girau do Ponciano, estado de Alagoas, CEP 57.360-000, neste ato representada pela secretária municipal de assistência social, senhora xxxxxxxxxxxx, portadora do RG nº. xxxxxxxxxxxx e inscrita no CPF nº. xxx.xxx.xxx-xx; doravante denominados apenas **CONTRATANTE**, e (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...) e estabelecida na (...endereço...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), portador do RG nº. xxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), doravante denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 314/2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão eletrônico nº 10.004/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é o fornecimento de peixes, conforme especificações e quantitativos estabelecidos Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
(...)					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 60 (sessenta) dias, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Girau do Ponciano, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão/ Entidade: Secretaria Municipal de Assistência Social

Classificação funcional programática: 14.0100.08.122.0001.2007- manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Elemento de Despesa: 3.33.90.32.- material de distribuição gratuita;

Fonte de recurso: 010- recursos próprios.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA- ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA QUINZE - FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Girau do Ponciano, estado de Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Girau do Ponciano/AL, de de 20xx.

David Ramos de Barros
Prefeito
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CPF nº:

CPF nº: